

# EUROPA



## Editorial

### E AGORA?

Edite Estrela\*

O resultado do referendo em França confirmou as piores sondagens. Os franceses disseram um "não" muito audível ao Tratado Constitucional e de nada serve fingir que foi um mero acidente de percurso sem consequências de maior. Meter a cabeça na areia e não querer perceber o que se passou será um grave erro político. O dia 29 de Maio de 2005 vai ficar na história da União Europeia como um marco, uma referência temporal e política de um antes e de um depois. Para o bem e para o mal, o que se vai seguir não pode ser igual ao que dantes era. Sem dramatismos nem hipocrisias, os dirigentes europeus devem reflectir sobre o que se passou e retirar lições.

É verdade que o referendo francês foi mais um plebiscito ao Presidente Chirac (que traiu uma parte significativa dos que o elegeram) e ao governo de direita do que uma avaliação do conteúdo do Tratado Constitucional. É verdade que se tratou também de uma clara vitória do medo. Medo das deslocalizações (o que é natural, porque várias fábricas foram encerradas nos últimos tempos); medo da concorrência dos trabalhadores dos países do alargamento (a possível vinda dos canalizadores polacos foi tema de campanha); medo das economias emergentes (a ameaça dos têxteis da China é uma realidade); medo da adesão da Turquia (e do que isso pode significar e dos fantasmas que suscita); medo da redução do serviço público e do Estado social (a directiva dos serviços foi argumento da esquerda do "não"); enfim, medo do futuro. Mas o medo é, em si, prova de que algo está a falhar no modelo europeu. Os sentimentos de intranquilidade e de insegurança alimentam-se de expectativas frustradas e de problemas não resolvidos.

É verdade que a União Europeia se tem revelado bastante incapaz para encontrar respostas para os novos desafios contemporâneos e para os problemas da globalização. Ora, contrariamente ao que afirmam alguns, com o Tratado Constitucional será mais fácil travar os malefícios da mundialização. Com uma Europa politicamente mais forte e mais unida, será mais fácil enfrentar as adversidades e defender os interesses dos 453 milhões de cidadãos europeus. Mais força política significará também mais poder económico.

Em tempos de incerteza, não cresce a generosidade e poucos são os que estão dispostos a correr riscos. Dizer "não" ao novo parece mais seguro, especialmente quando não se tem de justificar e apresentar alternativas. Tive o privilégio de participar activa e convictamente na campanha pelo "sim" e de verificar *in loco* como alguns equívocos foram decisivos para o lamentável resultado. Mas também pude testemunhar que o debate foi interessante e muito participado. E isso é sempre positivo.

Nesta encruzilhada, pergunta-se: E agora?

Agora, a Europa tem de parar para pensar, mas com a certeza de que o mundo não pára à sua espera nem as oportunidades se repetem. É preciso reflexão e acção. Por isso e por respeito democrático pela opinião dos 10 Estados-Membros que já aprovaram o Tratado e pelos que ainda se não pronunciaram mas têm todo o direito a fazê-lo, o processo de ratificação deve prosseguir.

\*Presidente da Delegação do PS no Parlamento Europeu

## PORTUGAL REJEITA PROPOSTA LUXEMBURGUESA SOBRE PRÓXIMAS PERSPECTIVAS FINANCEIRAS

Portugal rejeitou, em Bruxelas, a proposta de compromisso apresentada pela presidência luxemburguesa da União Europeia, no dia 22, para tentar um acordo entre os países mais e menos desenvolvidos quanto às próximas perspectivas financeiras para o período de 2007-2013.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, disse que Portugal não aceita a proposta apresentada pela presidência luxemburguesa, porque ela "continua a estar muito longe daquilo que consideramos desejável".

Os termos da negociação apresentada propõem que o nível de financiamento para as políticas de coesão seja entre 0,37 e 0,38 por cento do PIB da União Europeia, enquanto que a proposta inicial da Comissão Europeia defende que esse valor seja de 0,41 por cento.

A proposta luxemburguesa implica uma redução de cerca de 10 por cento para os Fundos Estruturais, o que no contexto do recente alargamento implica a distribuição das verbas por um maior número de beneficiários com grandes problemas estruturais, com a consequente diminuição dos montantes para os países dos antigos quinze com necessidades de desenvolvimento ainda acentuadas. Assim, os países da coesão, entre os quais se encontra Portugal, apoiam a proposta inicial da Comissão Europeia no sentido de fixar a totalidade do orçamento da União para o período 2007-2013 em 1,14 por cento do PIB comunitário, o que representa qualquer coisa como 928 mil milhões de euros.

No entanto, um conjunto de países mais ricos e que mais contribuem para o orçamento comunitário (Alemanha, Holanda, Reino Unido, França, Suécia e Áustria) exigem que se limite a despesa a 1 por cento do PIB comunitário, o equivalente a 815 mil milhões de euros. "Continuamos a guiar-nos pela proposta da Comissão e não pela carta dos seis. O princípio fundamental por que nos continuamos a bater é o da coesão, que faz parte do princípio da solidariedade", disse Freitas do Amaral.

A presidência luxemburguesa da União Europeia gostaria de fechar o "dossier" das Perspectivas Financeiras na reunião de chefes de Estados e de Governo que terá lugar nos próximos dias 16 e 17 de



O actual presidente do Conselho Jean-Claude Juncker, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral

Junho, em Bruxelas, o que, segundo meios diplomáticos portugueses, não será possível "se todos os que estiverem à volta da mesa não fizerem sacrifícios".

Entretanto, o ministro da presidência, Pedro Silva Pereira, disse que o Governo português irá "bater-se pelas suas posições políticas com determinação, durante negociações que ainda não se encontram encerradas".

De referir ainda, por outro lado, que Portugal e Espanha anunciaram a criação de uma frente comum no contexto europeu que se traduzirá no apoio mútuo às propostas que ambos os países apresentarem.

"Espanha vai apoiar as pretensões portuguesas assim como Portugal o fará com as espanholas", disse Freitas do Amaral numa conferência de imprensa conjunta com o seu homólogo espanhol, Miguel Moratinos.

"Vamos defender em uníssono as propostas legítimas de Portugal e de Espanha", disse por seu lado o ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol.

## SÓCRATES NO LUXEMBURGO E BRUXELAS PARA DISCUTIR REPARTIÇÃO DOS FUNDOS

O primeiro-ministro José Sócrates deslocou-se esta semana ao Luxemburgo e a Bruxelas para discutir dois dos assuntos que maior apreensão suscitam actualmente: as perspectivas financeiras para o período 2007-2013 e as consequências da vitória do "não" nos referendos europeus.

Assim, a meio da semana, José Sócrates encontrou-se no Luxemburgo com o presidente em exercício da União Europeia, Jean-Claude Juncker, tendo depois, nesse mesmo dia, seguido para Bruxelas, para um encontro com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

O encontro com Jean-Claude Juncker fez parte de uma ronda de contactos que o primeiro-ministro luxemburguês realizou com todos

os chefes de Estado e de Governo da União, no sentido de preparar as decisões que serão tomadas ao mais alto nível na Cimeira de 16 e 17 de Junho, em Bruxelas.

Tanto no Luxemburgo como em Bruxelas, as perspectivas financeiras para o período 2007-2013 e os resultados dos referendos ao tratado constitucional foram os assuntos mais em destaque. Com efeito, os referendos negativos e o impasse que daí poderá decorrer para a União Europeia poderão criar dificuldades acrescidas na negociação do próximo quadro financeiro, dada a insistente recusa de um grupo de seis países em aceitar que o orçamento comunitário seja superior a 1 por cento do PIB do conjunto dos Estados-membros.

A Europa vista de Portugal

**Construção europeia: a força do projecto**

Sou dos que pensam que o projecto de construção da União Europeia, por via da real integração dos países que ocupam o espaço comum europeu, é mais forte, pela sua própria natureza e objectivos, do que pelo formal processo de aprovação e ratificação do Tratado Constitucional Europeu pelos Estados-Membros da União. E é esta força endógena dos Estados-Membros consubstanciada, aliás, na real vontade dos cidadãos, que superará, mais cedo ou mais tarde, os obstáculos ou dificuldades que surgirem ao longo do processo de aprovação do Tratado Constitucional.



**Armando França\***

Com efeito, até o passado recente ajuda a suportar esta convicção. Repare-se, por exemplo, no facto do Tratado de Maastricht não ter sido aprovado à primeira em todos os Estados-Membros, como foi o caso da Dinamarca; no facto do projecto de construção evoluir através da gradual adesão de países europeus (6, 9, 12, 15, 25) que se identificam com o projecto e que nele reconhecem virtualidades e vantagens; no facto de haver uma inequívoca vontade dos responsáveis políticos e dos cidadãos de realizar e concretizar projectos comuns (nas infra-estruturas, nos transportes, nas acessibilidades, na investigação, no ambiente, na educação e em muitos outros domínios da vida e áreas de actividade), colocando os países, voluntariamente, meios financeiros, recursos humanos e outros justamente ao dispôr da realização desses objectivos comuns, tudo envolvido num quadro político democrático em que os cidadãos participam não só através do voto geral e universal, mas também através do seu próprio envolvimento na concretização daqueles projectos comuns. É por isso que, perante a grande dimensão do empreendimento, algumas dificuldades neste percurso são normais e não surpreendem, porque são mais circunstanciais do que de fundo e têm justamente a ver, por exemplo, com as condições políticas objectivas e em cada momento da governação em cada país da União (como foi o caso francês no que respeita ao Tratado Constitucional). A União Europeia é, hoje, uma realidade viva, dinâmica e actuante, cuja força resulta da sua própria capacidade de pôr em comum os meios necessários à concretização de objectivos comuns (paz, segurança, desenvolvimento sustentável e coesão social) e à satisfação de necessidades concretas (no emprego, na educação, na saúde, nos transportes e mobilidade, etc.) dos cidadãos europeus, no respeito pela diversidade cultural e linguística de cada povo. É claro que este sempre difícil projecto de pôr em comum objectivos e meios, este movimento de construção tem debilidades e fraquezas, acentuadas, de resto, pelo facto de acontecer (como não pode deixar de ser) num espaço de liberdade, livre opinião e de sociedade aberta. Mas, paradoxalmente, esta debilidade (ou aparente debilidade) é a riqueza deste processo e contribui para fortalecer o projecto de Construção Europeia.

A União Europeia não é uma obra acabada, perfeita. Longe disso. É um projecto em construção que, como qualquer projecto, necessita de regras livremente estabelecidas e aceites por aqueles que nele participam. O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa é, assim, um conjunto de regras que definem a União, os seus valores, objectivos, competências, instituições, políticas e regras de funcionamento, nela inscrita a Carta dos Direitos Fundamentais, que é a garantia, aliás, de que este nosso projecto de união e futuro comum sempre se fará no respeito absoluto pelo ser humano.

Os portugueses vão ter oportunidade de se pronunciar sobre a necessidade do estabelecimento deste conjunto de regras. Vão ter, em breve, a possibilidade de dizer SIM ou NÃO ao Tratado Constitucional. Cada um de nós, através do voto referendário, vai ter, pois, o direito e a grande responsabilidade de decidir sobre o nosso futuro comum. Até lá, até à decisão no referendo, firmemos a nossa convicção no SIM.

\*Coordenador da Comissão de Assuntos Europeus na Assembleia da República

**PARLAMENTO PÕE FIM A EXCEPÇÕES DA LEI DAS 48 HORAS DE TRABALHO**

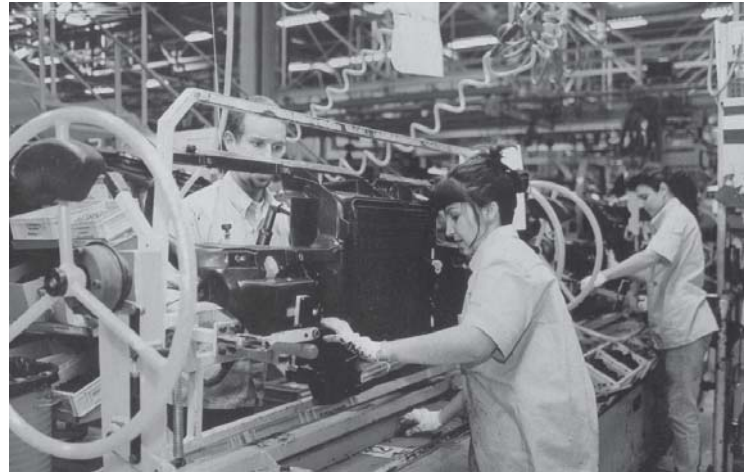
O Parlamento Europeu votou favoravelmente, com 345 votos contra 272, o fim das excepções à lei das 48 horas de trabalho semanais e, em consequência disso, na maioria dos casos, as pausas passarão a contar como tempo normal de trabalho.

Ao contrário da Comissão Europeia, os deputados pretendiam que todo o tempo de serviço, mesmo as pausas, fosse contabilizado como tempo de trabalho, cabendo aos Estados-membros decidir se autorizam que, em alguns casos, o tempo inactivo seja calculado de forma especial para respeitar a duração máxima do trabalho semanal.

Outro ponto que o Parlamento Europeu quis assegurar, foi que os activos com mais que um contrato de trabalho fossem abrangidos por esta Directiva, explicando que o tempo de trabalho corresponde à soma dos tempos referentes a cada um dos contratos.

Tanto os deputados como a Comissão Europeia concordaram em estender o período de referência utilizado para calcular o tempo de trabalho semanal, até um máximo de 12 meses, "por razões objectivas, técnicas ou de organização do trabalho", desde que "se respeitem os princípios gerais aplicáveis à protecção da saúde e da segurança dos trabalhadores".

Para o deputado Fausto Correia, se a proposta da Comissão tivesse sido aprovada, "isso significaria um retrocesso no modelo



social europeu", já que representaria uma maior flexibilização do tempo de trabalho na União Europeia.

Por outro lado, considerou que a solução apresentada pelo Grupo Parlamentar dos Socialistas Europeus era melhor e mais positiva para os trabalhadores, na medida em que defendia uma média anual para a contagem do tempo de trabalho em troca da supressão do mecanismo de *opt out*, que permitisse aos Estados-membros ultrapassar o limite das 48 horas por semana.

Para o responsável pelo relatório que foi discutido e aprovado, o socialista espanhol Alexandro Cercas, um dos factores que permite uma melhoria substancial das condições dos trabalhadores é a eliminação em todos os Estados-membros da cláusula do *opt out*, "como o comprovam dez anos de experiência neste domínio".

**GRUPO SOCIALISTA REJEITA CENSURA CONTRA PRESIDENTE DA COMISSÃO**

O Grupo Socialista do Parlamento Europeu não dará o voto favorável à moção de censura recentemente apresentada contra o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. Esta posição foi anunciada pelo presidente do Grupo, o alemão Martin Schultz, durante o debate sobre a moção no plenário de Bruxelas que se realizou no dia 26.

Para Martin Schultz, a principal questão levantada pela iniciativa – os alegados conflitos de interesse relacionados com as férias de Durão Barroso, a bordo do iate do milionário grego Spiro Latsis, em Agosto de 2004 – "já foi respondida quanto aos factos, tendo por isso a moção objectivos puramente mediáticos".

O líder dos socialistas europeus assinalou, no entanto, que se houver lugar a eventuais críticas em relação à atitude ou à postura do Presidente da Comissão, desde que "substanciais ou substanciadas", os socialistas europeus fá-las-ão.

Já o deputado Manuel dos Santos, vice-presidente do Parlamento Europeu, considerou em declarações públicas que, com esta moção, os respectivos subscritores "pretenderam apenas fragilizar a actual Comissão" e que a mesma "estará votada ao fracasso" quando for submetida ao plenário, na sessão de Junho do Parlamento Europeu, que se realizará entre os dias 6 e 9, em Estrasburgo.

**CARLOS ZORRINHO VAI COORDENAR APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE LISBOA**

O deputado Carlos Zorrinho foi escolhido pelo primeiro-ministro José Sócrates para ser o coordenador da Estratégia de Lisboa em Portugal, o chamado "Sr. Lisboa", cabendo-lhe fazer o "acompanhamento e a vigilância" da sua aplicação no nosso país. O anúncio foi feito durante a sessão que assinalou os dez anos do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, tendo o primeiro-ministro considerado a Estratégia de Lisboa um programa de reforma económica prioritário para Portugal.

Aprovado durante a presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, a Estratégia de Lisboa visa transformar o espaço comunitário na economia mais competitiva do mundo baseada no conhecimento.

Para o primeiro-ministro José Sócrates, a negociação das Perspectivas Financeiras, que tiveram os primeiros embates na última reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros realizada no Luxemburgo no passado dia 22, é outra das prioridades nacionais em matéria europeia.

"A componente de coesão tem de ser um dos pilares da União Europeia e do projecto generoso que está associado ao seu desenvolvimento", disse José Sócrates numa cerimónia em que esteve também presente o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

António Vitorino, foi nomeado para desempenhar funções de presidente da Assembleia Geral do Centro de Informação Jacques Delors.

# AÇORES PODEM ACOLHER PRÓXIMA CIMEIRA DA NATO

Uma das próximas cimeiras da NATO poderá vir a realizar-se na Região Autónoma dos Açores, segundo admitiram fontes oficiais em Washington na sequência da proposta apresentada pelo deputado Paulo Casaca, no decurso de um encontro com membros do Departamento de Defesa dos EUA. Segundo aqueles responsáveis norte-americanos, qualquer iniciativa nesse sentido seria encarada "de forma muito positiva".

Estas declarações foram feitas no âmbito de uma reunião com autoridades norte-americanas, em que o deputado Paulo Casaca esteve presente na qualidade de presidente da delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a NATO.

A Delegação manteve contactos com representantes do Departamento de Estado, do Senado, do Congresso e de organizações como o "Transatlantic Policy Network" e o "German Marshal Fund". O objectivo central destes contactos é o reforço das relações entre a União Europeia e a NATO e a discussão das políticas da União Europeia com os Estados Unidos em relação ao Irão e ao Iraque.

Ainda na qualidade de presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a Assembleia Parlamentar da NATO, o deputado Paulo Casaca esteve em Liubliana, na Eslovénia, para participar na sessão da Primavera daquela Assembleia.

O deputado participou também nos trabalhos da Comissão Política da Assembleia Parlamentar, onde se discutiu o envolvimento da NATO em acções pós-conflito, a cooperação NATO-UE em



matéria de segurança e a NATO e a estabilidade do Golfo Pérsico. Por iniciativa de Paulo Casaca, teve lugar, à margem dos trabalhos, uma reunião bilateral entre as delegações do Parlamento Europeu e do Congresso americano, que teve a presença de uma dezena de parlamentares de cada um dos lados e que passará a realizar-se em todas as reuniões da Primavera da Assembleia Parlamentar da NATO.

A próxima reunião bilateral deverá ter lugar em Copenhaga, de 11 a 15 de Novembro.

## Visto de Bruxelas

### AS "SANTAS ALIANÇAS" ADIAM TUDO MAS NÃO CONSTROEM NADA



FAUSTO CORREIA\*

Enquanto o duplo NÃO, primeiro em França e depois na Holanda, abre em escassas 72 horas uma crise de consequências imprevisíveis na União Europeia, o PSE reuniu-se em Tallinn, capital da Estónia, para proceder a uma primeira abordagem da situação, sob a presidência de Martin Schulz.

Desde a falta de responsabilidade da elite política, à mentira e à manipulação que caracterizaram as campanhas feitas à volta dos referendos, estas são as explicações mais simplistas que vamos ouvindo e lendo.

Importa todavia ver a floresta e esquecer a árvore. O essencial, na minha opinião, radica no desemprego que grassa, na imigração que não pára, na deslocalização de empresas que se multiplica e ainda na anunciada adesão da Turquia.

Estes os quatro principais pilares da vitória do NÃO – tanto em França como na Holanda – ainda que em proporções diferentes na composição dos respectivos resultados finais. Olhar em frente, para minimizar os prejuízos, implica também que atentemos nos 14 outros Estados-Membros que ainda não ratificaram o Tratado Constitucional.

Assim, os referendos previstos no Luxemburgo (10 de Julho de 2005) e na Dinamarca (27 de Setembro de 2005), foram já confirmados.

Os governos da Polónia, Portugal, República Checa e Irlanda exprimiram, por seu turno, a intenção clara de prosseguir o processo de ratificação através de referendo, ao passo que os governos da Bélgica, Estónia, Chipre, Letónia, Finlândia e Malta têm intenção de submeter o Tratado a ratificações parlamentares.

Restam o Reino Unido e a Suécia: o governo britânico propôs um "período de reflexão" até ao Conselho Europeu de 16/17 de Junho próximo, mas reiterou a sua intenção de proceder à ratificação por referendo; e o primeiro-ministro sueco disse já que o seu país tomará a sua própria decisão, a qual será imutável, aconteça o que acontecer.

Minimizar os prejuízos acarreta em todo o caso que aprofundemos as causas e as consequências da coisa. Não vá o diabo tecê-las...

Para o referendo em Portugal, a realizar em Outubro, há ensinamentos a retirar dos números franceses: a maior parte dos jovens eleitores votou contra, no que foram secundados pela classe média (53 %) e pela classe operária (70 %), por um lado, e pelos eleitores socialistas (59 %) e dos "verdes" (60 %), por outro lado.

E, claro, a esmagadora maioria dos partidos anti-europeus – a extrema-esquerda, o Partido Comunista, o eurocéptico MPF e a extrema-direita – rejeitaram em massa o Tratado. As "santas alianças" podem adiar tudo – mas não constroem nada! Ainda que, em terras gaulesas, tenham mobilizado 54,87 % dos eleitores a favor do NÃO, contra 45,13 % partidários do SIM, num universo de 69,74 % dos inscritos. Em Portugal tudo será em princípio diferente. Mas mais vale prevenir do que remediar...

\*Membro da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu

## MANUEL DOS SANTOS COORDENA RELATÓRIO SOBRE ACTIVIDADES DO BCE

O relatório do Parlamento Europeu sobre as actividades do Banco Central Europeu em 2004 será coordenado pelo deputado Manuel dos Santos, membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

Este relatório assume uma importância particular pelo facto de no ano transacto as actividades do BCE terem coincidido com a definição de importantes medidas destinadas à recuperação económica no espaço europeu.

Entre os pontos a abordar no relatório, refira-se a posição do BCE perante as recentes alterações do Pacto de Estabilidade e Crescimento, as respostas à diminuição das taxas de juro de forma a que o crescimento económico seja favorecido e o reforço da vigilância sobre as políticas fiscais e monetárias na União Europeia.

O deputado pretende também abordar no relatório a posição do BCE sobre os compromissos da Agenda de Lisboa, nomeadamente no que respeita aos objectivos do pleno emprego e ao apoio às necessárias reformas estruturais.

Na sessão plenária de Maio do Parlamento Europeu, realizada em Estrasburgo, Manuel dos Santos acusou o BCE de adoptar uma "lógica minimalista e conservadora" relativamente à forma como tem reagido à alteração das regras de funcionamento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Neste âmbito, o deputado criticou o facto do BCE se ter manifestado desde o início contra qualquer mudança no regulamento do Pacto, tendo mesmo ameaçado com a subida das taxas de juro.

De referir, por outro lado, que o Parlamento Europeu aprovou a nomeação de Lorenzo Smaghi para membro da comissão executiva do BCE, depois de aprovado e analisado o seu perfil na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

Neste âmbito, Manuel dos Santos lembrou ao intervir naquela Comissão, que o novo elemento do executivo deve colocar na agenda política a recuperação económica e social da União Europeia, "com a qual o BCE tem uma enorme responsabilidade".

### CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

[www.partido-socialista.net/pspe](http://www.partido-socialista.net/pspe) - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

**Edite Estrela** - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

**Ana Gomes** - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

**Capoulas Santos** - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

**Eliisa Ferreira** - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

**Emanuel Jardim Fernandes** - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

**Fausto Correia** - Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Comissão dos Transportes e Turismo

**Francisco Assis** - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

**Jamila Madeira** - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

**Joel Hasse Ferreira** - Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores; Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

**Manuel dos Santos** - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia; Controlo Orçamental

**Paulo Casaca** - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

**Sérgio Sousa Pinto** - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

### ENDEREÇOS ÚTEIS

[www.socialistgroup.org](http://www.socialistgroup.org) - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

[www.pes.org](http://www.pes.org) - Página do Partido Socialista Europeu

[www.socialistinternational.org](http://www.socialistinternational.org) - Página da Internacional Socialista

[www.ps.pt](http://www.ps.pt) - Página do Partido Socialista

[www.europarl.eu.int](http://www.europarl.eu.int) - Página do Parlamento Europeu

[www.europa.eu.int](http://www.europa.eu.int) - Portal da União Europeia

## FICHA TÉCNICA

**Edição** Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

**Editor** Paulo Pisco

**Paginação** Francisco Sandoval

**Periodicidade** Mensal

**Tel.** 213 822 000

**Fax.** 213 822 037

**Email** [ppisco@ps.pt](mailto:ppisco@ps.pt)

**Endereço** Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

# Eurosíntese

## Franceses rejeitam tratado

A vitória do "Não" no referendo ao Tratado constitucional criou uma crise política em França e lançou nuvens negras sobre o futuro da Europa. 54,87 por cento dos eleitores franceses pronunciaram-se contra o Tratado e apenas 45,13 por cento a favor. O primeiro-secretário do PSF, François Hollande, afirmou que a recusa do Tratado significa sobretudo a rejeição do poder de direita e que o resultado irá comprometer o seu país durante muito tempo. O Presidente da República, Jorge Sampaio, manifestou a sua decepção com o resultado, enquanto que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, que reafirmou a realização da consulta sobre o Tratado no nosso país como estava previsto, disse que o resultado francês "obrigará a uma reflexão por parte de Bruxelas, mas também de Portugal sobre o rumo da União Europeia". Por outro lado, o ministro referiu ainda que a vitória do "Não" em França e as dificuldades políticas sentidas pelo Governo alemão tornarão mais difícil o objectivo do nosso país obter um bom acordo ao nível das perspectivas financeiras para o período de 2007-2013.

## Reforçar apoio para prejuízos da seca

Situações excepcionais exigem medidas excepcionais, considerou o deputado Fausto Correia no plenário de Estrasburgo para justificar a necessidade de serem reforçados os apoios europeus para ajudar a combater as consequências da seca que se vive em Portugal e, sobretudo, elaborar e aplicar um programa de acção multifacetado para enfrentar a situação. Considerando a seca em Portugal uma "catástrofe natural de grandes dimensões", o deputado apelou à União Europeia para compensar os produtores agrícolas, florestais e pecuários pelos significativos prejuízos que "comprovadamente têm sofrido e vão continuar a sofrer".

## Melhorar a directiva Reach

Analisar o impacto da nova Directiva REACH (registo, avaliação e autorização de produtos químicos) sobre as PME e indústrias a jusante das empresas químicas, designadamente da têxtil, é um dos principais motivos da consulta que a deputada Elisa Ferreira está a fazer a diversos representantes directamente ligados a aqueles sectores. Na qualidade de responsável pelo acompanhamento da proposta de Directiva REACH em nome do Grupo do PSE, a deputada tem insistido particularmente no eventual desequilíbrio de tratamento entre a produção química europeia e a realizada em países terceiros, mas dela decorrente, que poderá afectar a competitividade industrial na União. Desta discussão em curso resultará a contribuição do Parlamento Europeu para melhorar a Directiva, designadamente acentuando a necessidade de uma maior defesa da protecção do ambiente e da saúde pública.

## Defesa da qualidade das águas balneares

A deputada Edite Estrela, presidente da delegação portuguesa no Parlamento Europeu, saudou a rejeição de algumas propostas no domínio da qualidade das águas balneares na União Europeia, por considerar que poderiam vir a ter consequências negativas para Portugal. Numa declaração de voto assinada por Edite Estrela, Manuel dos Santos, Jámila Madeira e Fausto Correia, os deputados do PS manifestaram-se contra soluções como a não diferenciação entre águas interiores no quadro da nova Directiva para este domínio, e contra a eliminação da categoria "suficiente" para a classificação de águas balneares, o que, a acontecer, impediria que um conjunto de águas ficasse numa situação condicional, a aguardar a evolução para a classificação de "Bom" e "Excelente".

## Direitos das ultraperiferias

A situação das regiões ultraperiféricas justifica a adopção de políticas nacionais e/ou comunitárias, no âmbito dos programas estruturais, que tenham em conta as características nacionais, económicas e sociais das ilhas, como por, exemplo, clima e topografia adversos, disse o comissário europeu responsável pelos transportes, Jacques Barrot, em resposta a uma pergunta do deputado Paulo Casaca relativa à interpretação feita pela Comissão Europeia do Regulamento que prevê o pagamento de indemnizações aos passageiros de companhias aéreas que sejam forçadas a atrasar ou cancelar voos. No entanto, o comissário esclarece que a aplicação de um Regulamento que instaura direitos a favor de todos os europeus não deve, em caso algum, ser interpretado de forma restritiva em detrimento daqueles que residindo em regiões ultraperiféricas, sofram os inconvenientes e problemas devidos a cancelamento, atrasos prolongados ou recusas de embarque nos voos.

## Em defesa do "sim" em França

Os deputados Edite Estrela, Francisco Assis e Ana Gomes participaram em várias cidades de França em iniciativas de apoio ao "sim" ao referendo ao Tratado Constitucional. Edite Estrela participou num cordão humano que formou as três letras da palavra "OUI" em frente à Câmara da Paris, em conjunto com mais de uma centena de cidadãos franceses e de outros Estados-membros da União Europeia. Francisco Assis participou num debate sobre a Constituição Europeia em Caen. Ana Gomes, esteve em três acções organizadas pelo PS francês, nos arredores de Paris e na Bretanha.

## AUDIÇÃO PÚBLICA

# DIRECTIVA DOS SERVIÇOS DESAGRADA A TODOS OS SECTORES

Nenhum dos sectores abrangidos pela denominada "directiva dos serviços" está satisfeito com a proposta apresentada pela Comissão Europeia. Numa audição pública promovida pelo deputado Joel Hasse Ferreira, realizada em Lisboa, associações comerciais e empresariais, sindicatos e representantes de outros organismos manifestaram a sua oposição a muitos dos princípios nela enunciados e manifestaram o seu apoio ao relatório em elaboração no Parlamento Europeu, da deputada socialista Evelyn Gebhardt, que corrige muitas distorções da directiva Bolkestein.

A abertura da audição foi feita pelo deputado da Assembleia da República Guilherme de Oliveira Martins, que lembrou a importância da necessidade de concretização da União Económica e Monetária preconizada no Acto Único Europeu, que estabelece um horizonte para a livre circulação de pessoas, bens e serviços. A Directiva Bolkestein vem precisamente na direcção da concretização do mercado único europeu, mas a proposta apresentada pela Comissão Europeia levanta diversos problemas que põem em causa a coesão económica e social, entre outras coisas devido à disparidade nas legislações sociais.

No entanto, ao contrário do que poderia sugerir o debate francês sobre a Constituição Europeia, esta não é a causa nem será a consequência do enfraquecimento dos direitos sociais, que até estão reforçados em vários aspectos, desde logo pela defesa do objectivo do pleno emprego.

Para o deputado Joel Hasse Ferreira, membro da comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, a Directiva, tal como está formulada, aponta no sentido de uma perigosa liberalização, com riscos de *dumping* social e perda de qualidade dos serviços, com a consequente possibilidade dos direitos dos trabalhadores serem atingidos. Para o deputado, a aplicação da Directiva tal como foi apresentada, além dos problemas sociais que causaria, seria um obstáculo inaceitável ao crescimento económico.

Na sua intervenção, o deputado lançou para discussão os temas mais polémicos, como o princípio do país de origem, as consequências da liberalização dos serviços em várias áreas, a criação do *guichet* único. Para Joel Hasse Ferreira, é fundamental que a Directiva dos Serviços não seja um factor que crie novos desequilíbrios económicos e sociais.

Na mesma linha crítica pronunciou-se João Vieira Lopes, da Confederação do Comércio de Portugal, que considerou que o "liberalismo sem fronteiras não é a solução para todos os problemas" e que, neste caso particular, estão a ser esquecidas as PME, que constituem uma boa parte dos prestadores de serviços.



Maria José Constâncio, Helena André, Joel Hasse Ferreira e João Vieira Lopes

"É bom ter em conta que alguns princípios liberais acabam por favorecer a concentração e criar dificuldades às PME, razão pela qual além das necessárias alterações a introduzir na Directiva, deve também prever-se um período de transição para que as empresas possam adaptar-se", disse João Vieira Lopes, alertando ainda para o facto da grande heterogeneidade de serviços não facilitar a aplicação de algumas medidas muito gerais.

Por sua vez, Maria José Constâncio, Presidente da Associação Portuguesa do Centro Europeu do Centro de Empresas com Participação e/ou Interesse Geral sublinhou que a Directiva não contempla a defesa dos direitos dos consumidores e está encarada apenas na perspectiva dos preços e não da qualidade dos serviços. Aquela responsável alertou para o facto de serem abrangidos na Directiva os serviços sociais de interesse geral, em relação aos quais manifestou a preocupação de tudo ser feito para que não haja adulteração numa área tão sensível.

Quanto à representante da Confederação Europeia dos Sindicatos, a sua vice-presidente, Maria Helena André, referiu que a organização que representa é a favor do Mercado Interno, mas numa perspectiva de crescimento económico e de mais e melhor emprego num contexto de reforço do modelo social europeu.

Neste sentido, afirmou que "os direitos e interesses dos trabalhadores não estão acautelados na Directiva Bolkestein" e que "a dimensão social da Estratégia de Lisboa é totalmente ignorada, o que é inaceitável". Alertou também para o perigo da concorrência desleal e para o facto dos parceiros sociais europeus não terem sido consultados sobre o impacto da implementação da Directiva a nível social, o que é ilegal. Na reunião participaram também o Secretário-geral da UGT, João Proença, o presidente da Comissão de Trabalho da Assembleia da República, Vítor Ramalho e João Cravinho, presidente da Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional.

# FUNDOS E ESTRATÉGIA DE LISBOA DISCUTIDOS EM COIMBRA

As perspectivas financeiras e a Estratégia de Lisboa foram os temas centrais de uma conferência realizada em 17 de Maio, em Coimbra, promovida pela deputada Jámila Madeira, membro da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu. As perspectivas financeiras, a competitividade e a coesão e a Estratégia de Lisboa, foram os temas abordados durante o primeiro painel que se realizou durante a manhã. Neste âmbito, salientou-se a importância da qualificação e da formação, da aposta da ligação entre universidades, centros tecnológicos e empresas, a definição de sectores estratégicos, entre outros temas relacionados com a melhoria da competitividade nacional.

Participaram os professores da Universidade de Coimbra José Reis e Manuel Escária, André Magrinho, adjunto do presidente da AIP, Vasco Cal, membro do gabinete da Comissária europeia responsável pela Programação Financeira e Orçamento e Henrique Neto, vice-presidente da AIP.

Da parte da tarde, os temas foram o emprego e a exclusão social, tendo participado o deputado europeu Fausto Correia, Francisco Madelino, Presidente do IIEP e Manuel Brandão Alves, presidente da Associação Nacional do Direito ao Crédito. O encerramento foi feito pelo secretário de Estado do Emprego e Formação, Fernando Medeiros.